

# **BREVES APONTAMENTOS DA TRAJETÓRIA DO ENSINO PROFISSIONAL COMERCIAL E O PENSAMENTO DOS CLÁSSICOS ADAM SMITH E JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

## **BRIEF NOTES OF THE TRAJECTORY OF THE PROFESSIONAL AND COMMERCIAL TEACHING AND THE THOUGHTS OF THE CLASSIC ADAM SMITH AND JEAN-JACQUES ROUSSEAU**

Antônio Carlos Gomes Júnior\*

### **RESUMO**

O ensino profissional comercial no Brasil marcou um período de importância na história da educação brasileira, quando superado apenas pelo ensino secundário. Passou por acentuada expansão e mantido quase que na sua totalidade pelo pioneirismo da iniciativa privada ou particular. Assim, nesta trajetória, propiciou avanços e retrocessos. O objetivo deste trabalho é apresentar algumas considerações iniciais sobre a sua trajetória e apropriação no diálogo sobre a educação dos clássicos Smith e Rousseau.

**Palavras-chave:** Ensino profissional e comercial. Educação pública. Educação privada.

### **ABSTRACT**

The professional and commercial teaching in Brazil has brought up a period of importance to brazilian education history which was only been overpassed by the secondary teaching. It has been expanded and was kept in its entirety by the pioneerism of the private or particular initiative. Therefore, this trajectory has brought up advances and retraces. The aim of this work is to present some initial considerations about its trajectory and appropriation of the dialog between the education of the classic Smith and Rousseau.

**Keywords:** Professional and Commercial Teaching. Public Education. Private Education.

### **Introdução**

Uma das possibilidades de compreender o presente pode ser um olhar sobre o passado. A disposição de rever a história possibilita encaminhar reflexões mais refinadas.

Na trajetória da educação brasileira existe o ensino profissional comercial. Este considerado antigo e tradicional gravando períodos de avanços, retrocessos, desafios e esperanças.

---

\* Professor da Acadêmica da Força Aérea (AFA/Pirassununga-SP). [acgomesjr@uol.com.br](mailto:acgomesjr@uol.com.br)

Este trabalho propõe uma breve retrospectiva do ensino comercial no Brasil e, ao final, propõe uma reflexão dos ideais de Adam Smith e Rousseau sobre a educação.

Diminuir a incerteza do amanhã pode ser a história do caminho construído. No caminho da educação brasileira pode-se possibilitar uma melhor compreensão da sua história.

Quanto aos procedimentos deste trabalho é uma pesquisa documental/bibliográfica. Quanto à pesquisa documental/bibliográfica as autoras Barros e Lehfeld (1986, p. 91) escrevem que:

É a que se efetua tentando resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico e sonoro. Geralmente se identifica esta tipologia de pesquisa somente com o uso de mensagens escritas ou impressas. O objetivo da pesquisa documental é recolher, analisar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre determinado fato, assunto ou ideia. Normalmente, este tipo de pesquisa antecede a pesquisa de campo e/ou a pesquisa experimental. É a parte de exploração preliminar dos temas em estudo. Através do estudo da documentação existente sobre o mesmo é que o investigador consegue melhores condições para formular e determinar o seu problema de pesquisa.

Essa pesquisa documental/bibliográfica contribui na verificação de fatos passados que possam ser úteis, não apenas como registro de memórias, mas para ajudar a compreender aquele contexto e suas repercussões que até possam facilitar compreender a atualidade.

Para auxílio ao leitor, a legislação do ensino comercial citada neste trabalho está tratada em Lopes (1931) e em Silva e Martins (2006).

### **Breves apontamentos da trajetória do ensino profissional comercial no Brasil**

A atividade de contabilidade é uma das mais antigas e tradicionais áreas do conhecimento da civilização humana.

No Brasil não foi diferente. A vinda da família real com D. João VI para estas terras contribuiu para profundas mudanças na colônia. Registra-se na história que um de seus primeiros atos na esfera administrativa foi criar, em 28 de junho de 1808, o Erário Régio e o Conselho de Fazenda. Neste documento existe um tratado especial quanto ao “método da escrituração e contabilidade do Erário”. Para o ensino comercial brasileiro foi o seu primeiro movimento.

Após a Independência em 1822, com o incremento da economia, ocorreu uma expansão dos negócios comerciais e abriu espaços para o trabalho de contabilidade.

Um trabalho mais elaborado que exigia um conhecimento e preparo. Assim, a formação do profissional de contabilidade no Brasil divide-se em dois períodos. A saber, antes e depois da criação do curso superior em Ciências Contábeis na década de 40 do século XX. Outorgando aos seus egressos o título de bacharel em ciências contábeis. Segundo Schmidt (2000, p. 205):

Uma das primeiras manifestações contábeis brasileiras ocorreu no reinado de D. João VI. Quando da instalação de seu governo provisório, em 1808, como relata Gomes (1956, 9.19), foi publicado um alvará obrigando os Contadores Gerais da Real Fazenda, aplicar o método das partidas dobradas na escrituração mercantil. Os estudos do comércio tiveram seus passos iniciais na obra de Visconde de Cairu (José da Silva Lisboa) publicada em 1804, intitulada *Princípios de Economia Política*.

Uma característica interessante desta época é que os cursos de contabilidade ou comerciais são práticos e começaram pela dedicação e disposição de seus profissionais.

Um exemplo, na cidade de Porto Alegre/RS, segundo Fortini (1953, p. 7):

Até os fins do século passado o ensino comercial estava entregue ao esforço dos professores particulares. Eram pessoas que, exercendo a profissão de guarda-livros, nas horas vagas, em geral, em suas residências, ensinavam a escrituração mercantil, caligrafia e um pouco de matemática a quem quisessem aprendê-las para melhorar as condições de vida.

Na cidade de São Paulo não foi diferente. Desde 1865 a sociedade já se movimentava na necessidade de um curso de comércio. Trinta anos mais tarde o Grêmio dos Guarda-Livros de São Paulo inicia uma campanha para a criação de uma escola de comércio.

Assim, em 20 de abril de 1902, surgiu a “Escola Prática de Comércio” na cidade de São Paulo. Atualmente é a Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Destaca-se que essa instituição escolar foi um empreendimento de iniciativa pioneira e particular.

Em 9 de janeiro de 1905 com o Decreto nº 1339 são declaradas instituições de ensino de utilidade pública a “Academia de Comércio do Rio de Janeiro” e a “Escola Prática de Comércio de São Paulo”, atualmente a “Escola Técnica de Comércio Álvares Penteado”.

Os currículos e o ensino destas escolas se tornaram referência para reconhecimento oficial de seus diplomas e bases para suas legislações, conforme Nagle (1974).

Em 28 de maio de 1926, com o Decreto 17.329 acontece a primeira reforma curricular do ensino comercial. Foi um fato isolado na educação e tardio com relação a este tipo de ensino.

Segundo Nagle (1974), só em 1926 inicia-se um processo para eliminar a fase da ausência de linhas gerais conformando o ensino técnico-comercial, do que se conclui que, até então, não existia, para ele, uma organização geral no país.

Em 1931 acontece a regulamentação da profissão de contador e a segunda reforma do ensino comercial. Trata-se do Decreto 20.158, de 30 de junho de 1931, que organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências. Conforme Romanelli (1984), trata-se da Reforma Francisco Campos. Foi um período importante para a educação brasileira com o Governo Vargas. Destaca-se a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública assumindo como titular da pasta Francisco Campos e também a criação do Conselho Nacional de Educação. Com esta estrutura teve início a estruturação da educação brasileira em todos os níveis.

Em 1943 foi reformulado totalmente o ensino comercial pelo Decreto-lei 6141, de 28 de dezembro, regulamentado pelo Decreto-lei 14.373. Tratava-se de uma proposta abrangente promovida por Gustavo Capanema, então, Ministro da Educação do Governo Vargas.

Um dos pontos desta reforma foi promover a articulação do ensino comercial com os outros ramos do sistema educacional brasileiro. Foi extinto o curso propedêutico e criado o comercial básico equivalente ao ginasial (primeiro ciclo), sendo possível um ou outro curso a ingressar no curso comercial técnico. Outro objetivo era a elevação do curso de Contador ao nível de ensino superior. As críticas eram muito fortes com relação aos cursos das escolas de comércio. Entre os fatores questionados a dificuldade de bons professores, grande número de alunos por sala e condições críticas de instalações físicas.

Dessa forma, a nova estrutura do ensino comercial ficou sendo o Curso de Formação: Curso Comercial Básico com duração de 4 anos, ingresso com no mínimo 11 anos de idade, com exame de admissão e com a conclusão a obtenção de Diploma de Auxiliar de Escritório.

Os Cursos Comerciais Técnicos com duração de 3 anos e ingresso pela conclusão de um dos seguintes cursos: Curso Comercial Básico, Curso de primeiro Ciclo do Ensino Secundário ou Ensino Normal, Curso de Contabilidade, Curso de Estatística, Curso de Comércio e propaganda, Curso de Administração e Curso de Secretária.

Foram suprimidos dois cursos: o Superior de Administração e Finanças e o elementar de Auxiliar do Comércio.

Quanto ao curso de Contabilidade, ao ser concluído, concedia o diploma de Guarda-Livros. Na grade curricular constava matérias do antigo curso técnico de Guarda-Livros e algumas do extinto curso de Contador. Curso voltado aos assuntos ligados às empresas industriais, agrícolas, bancárias e ao comércio em geral.

A Lei nº 2811, de 2 de julho de 1956, declara o diploma de Técnico em Contabilidade aos ex-alunos do antigo Curso de Contador, mediante aprovação em prestação de exame de suficiência.

A Lei nº 3384, de 28 de abril de 1958, dá nova denominação à profissão de Guarda-Livros, passando a integrá-los como Técnicos de Contabilidade, com as atribuições e prerrogativas conferidas aos Guarda-Livros.

Na Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o ensino técnico comercial integra o quadro da educação profissional.

Destes apontamentos, destaca-se assim, que o período do Governo Vargas foi rico em fatos que envolveram mudanças nas estruturas de nossa sociedade. Entre elas, modernização da economia, aumento da urbanização, conquistas sociais no trabalho e no ensino comercial a sua sistematização com a Lei Orgânica do Ensino Comercial.

Em Niskier (1989, p. 293):

As finalidades da Lei Orgânica do ensino comercial estavam enumeradas no Art. 1º, assim redigido: Esta lei estabelece as bases da organização e de regime do ensino comercial, que é o ramo de ensino de segundo grau, destinado às seguintes finalidades: 1. Formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio, e bem assim de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. 2. Dar aos candidatos ao exercício das mais simples ou correntes atividades no comércio e na administração uma sumária preparação profissional. 3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de profissionais diplomados na forma desta lei.

Verifica-se então que este ensino apresentou importante destaque após início de sua sistematização em 1931. As escolas de comércio se multiplicaram com acentuada presença da iniciativa particular que, segundo dados do Anuário Estatístico do Brasil IBGE de 1967 em Brejon (1976): no ramo comercial as escolas particulares atendiam a mais de 80% dos estudantes.

Mesmo com expressivos indicadores, o ensino comercial se revela como sendo um ensino subalterno e de menor prestígio.

Segundo Werebe (1970, p. 166):

Entre nós, o ensino comercial jamais foi prestigiado, nem socialmente bem valorizado. Não poderia ter sido outra a sua acolhia, principalmente até as primeiras décadas desse século, numa sociedade com pretensões aristocráticas, em que, por conseguinte, as atividades e profissões mercantis sempre foram depreciadas e consideradas inferiores. Tanto assim que o comércio deve o seu desenvolvimento aos estrangeiros que se instalaram no país.

Além da Reforma do Ensino Comercial em 1943, outro fato importante e interessante desta época foi a criação em 1946 do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial SENAC.

Ainda em Niskier (1989, p. 300):

Para tal fim foi assinado o Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946, regulando a matéria. O Art. 1º dispunha: Fica atribuído à Confederação Nacional do Comércio o encargo de organizar e administrar no território nacional escolas de aprendizagem comercial. Único – As escolas de aprendizagem comercial manterão também cursos de continuação de práticos e de especialização para os empregados adultos do comércio, não sujeitos à aprendizagem.

Concorda Leite (2005) que a criação do SENAC foi com a mesma finalidade do Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários SENAI conforme Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942. Fica neste caso, o campo de atuação para o comércio e a indústria.

Dessa forma, confirma-se a posição do Estado em aproximar-se ou criar espaços na educação brasileira para a iniciativa privada. O SENAC fica aos cuidados da Confederação Nacional do Comércio com objetivo de viabilizar o ensino comercial. Nesse contexto, lembra Werebe (1970), a iniciativa privada se saiu muito bem porque a modalidade ensino técnico comercial se trata de um ensino de baixo custo, mesmo para uma clientela modesta, mas em grande número de jovens. Estes trabalham, durante o

dia, e à noite estudam. Com este diploma facilita galgarem melhores condições de trabalho, vida social e em um curso de três anos.

Mesmo assim lembra a autora Ribeiro do Nascimento (1999, p. 52):

A maior parte dos cursos profissionalizantes se dedicava ao ensino comercial, que dava aos seus egressos a perspectiva de um emprego digno, na concepção da sociedade da época (contador, datilógrafo, guarda-livros, escriturário etc.), nos escritórios que proliferavam com o crescimento urbano. O prestígio por eles alcançado decorria do fato de que o exercício da sua profissão não se ligava às tarefas manuais características do trabalho escravo.

Neste movimento confirma-se um forte indicativo do desenvolvimento do ensino privado na educação brasileira. Para o ensino comercial não era novidade porque toda a sua iniciativa nestas terras foi particular. Indica ainda uma percepção da incapacidade do Estado em atender adequadamente um forte contingente de profissionais para o mercado de trabalho.

Nota-se a presença do Estado neste ensino em sua organização e regulamentação, em 1905, muito tardiamente e decorrentes de pressões dos profissionais que já atuavam na área.

Em 8 de julho de 1931, Francisco Campos em sua exposição de motivos (Decreto nº 20.158):

A classe de guarda livros e contadores solicita a regulamentação da sua profissão. Essa reorganização é indispensável sob dois pontos de vista. Por um lado, para sanear e normalizar a profissão, das responsabilidades e garantias, a fim de que se evitem os abusos que têm sido a causa de tantas irregularidades em operações diversas, falências e concordatas. Por outro lado essa regulamentação permitirá estabelecer privilégios para os diplomados das escolas reconhecidas, permitindo, portanto, que, concedida essa garantia, a fiscalização possa se tornar muito rigorosa e só oficialize institutos verdadeiramente idôneos e em condições de satisfazer a todas as exigências do moderno ensino técnico.

A organização escolar foi feita para formar homens capazes de manejar as nossas empresas, participar do nosso processo econômico e dirigir para os seus grandes destinos a riqueza pública do Brasil.

O ensino comercial tem, no Brasil, uma grande missão de aperfeiçoamento de métodos, de modos de trabalhar. Todos os processos da produção dependem dos processos dos que compram, vendem e distribuem e assim o ensino das diversas carreiras do comércio prepara o Brasil maior e mais próspero de amanhã.

A reorganização do ensino comercial procurou aparelhar os futuros homens de comércio para a realização desse grande destino.

Embora na exposição de motivos de Gustavo Capanema (Lei Orgânica do Ensino Comercial – Decretos-lei 6.141 e 6.142, de 28 de dezembro de 1943 e Decreto

14.373, de 28 de dezembro de 1943) quanto ao ensino profissional comercial reconhece essa indiferença ou ausência:

O histórico da matéria mostra que, até os últimos tempos da primeira República, o ensino comercial não teve organização geral em nosso país. As regulamentações expedidas, omissas e raras, não buscaram estabelecer as linhas e os processos de um sistema desse ensino, mas se limitaram a dispor sobre determinados estabelecimentos de ensinos existentes.

Creio poder assegurar a V. Excia. Que decretada a presente reforma poderá o nosso ensino comercial, hoje já tão cheio de consideráveis realizações, conquistar maiores progressos e atingir a um aperfeiçoamento que o torne mais adequado às exigências da vida comercial e dos negócios administrativos de nosso país.

Mesmo com reconhecimento da falta de atenção a este ensino e, logo em seguida, passa para a iniciativa privada a implantação e normatização. Ainda Werebe (1970) confirma a ausência do Estado e dos especialistas em educação no trato do ensino comercial no Brasil.

Assim, esses breves apontamentos da trajetória do ensino técnico comercial pode contribuir em alguma leitura desta educação no contexto dos ideais liberais.

O liberalismo, como um conjunto de ideais surgiu no século XVIII, pensado por franceses e ingleses. Tomou corpo a partir da revolução francesa, onde a burguesia lutou contra a aristocracia e com o apoio do povo.

Em linhas gerais, o liberalismo, segundo Cunha (1978, p. 28):

[...] é um sistema de crenças e convicções, isto é, uma ideologia. Todo sistema de convicções tem como base um conjunto de princípios ou verdades, aceitas sem discussão, que formam o corpo de sua doutrina ou o corpo de ideias nas quais ele se fundamenta.

Entre os ideais liberais se destacam o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia.

Entre os pensadores liberais se destacam o inglês John Locke (1632-1704); o francês Jean-Jacques Rousseau (1712-1778); François Marie Arouet Voltaire (1694-1778); Denis Diderot (1713-1784); Jean Antoine Nicolas de Caritat, Marquês de Cindorcet (1743-1794); e o escocês Adam Smith (1723-1790).

Com o olhar para a educação, esses pensadores idealizavam que a escola deve estar acima de todo interesse menor ou egoístico. Em linhas gerais, atender ao indivíduo, a partir de seus talentos ou vocações individuais. Assim, este poderá contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.



Ao Estado cabe garantir os primeiros estudos. Um sistema público e gratuito com a finalidade de garantir a igualdade de oportunidades e sendo um instrumento de ascensão social. Nestas considerações, o Estado se compromete com os primeiros estudos ou o primário. Quanto ao ensino secundário e superior fica a responsabilidade para outras esferas que não a pública. Em Vasconcellos e Garcia (2004) o escocês Adam Smith, filósofo e economista, com a publicação de seu clássico “A Riqueza das Nações” (1776) faz um tratado sobre questões econômicas até um conjunto de recomendações políticas. Foi defensor do liberalismo em que a livre concorrência da economia, a “mão invisível” que possibilitaria a sociedade à perfeição. Entendia que ao Estado cabe a proteção da sociedade contra ataques e, criar e favorecer condições para a atividade econômica, sem interferência ou ingerência nas leis de mercado. Esta condição leva à prosperidade toda a sociedade.

Com relação à educação Smith propunha e defendia a educação pública para o curso primário. O curso secundário e superior não era questão pública. Neste entendimento escreve Luzuriaga (1959, p. 52):

Nesse sentido Adam Smith sustentava que não só o Estado devia promover a educação popular, encarregando-se dela como função pública, como devia torná-la obrigatória e gratuita. Não entendia entretanto, que o Estado devesse intervir na educação secundária e superior.

No período do governo getulista com as reformas do ensino técnico, o Estado se expressa em reconhecer esta modalidade de ensino. Mas sua atuação foi atropelada pela urgência de atender aos anseios da sociedade brasileira naquele contexto econômico favorável. Assim, pode-se aceitar que o Estado pressionado adota para com esta modalidade de ensino uma postura liberal nos moldes de entendimento liberal com relação ao ensino secundário e superior. Ocorre a normatização do SENAC e por se tratar de um ensino de baixo custo ocorreu um extraordinário aumento do número de escolas de iniciativa privada. O Estado colocou-se à disposição para autorização, controle e fiscalização das instituições escolares de ensino comercial.

Outro ponto não menos importante, que fortemente marcou o ensino técnico comercial de contabilidade foi a técnica de escrituração dos livros comerciais. Esta parte prática tinha uma preocupação utilitarista e atendia prontamente aos anseios tanto dos alunos quanto dos proprietários das escolas. Desconfia-se que privilegiava o saber fazer, o caso da escrita ou escrituração, e não a aprender contextualizar, refletir e indagar. Preparava-se o aluno para o trabalho operacional e não para o pensar e o agir.

Mesmo com seu modelo de educação elitista em *Emílio*, para Rousseau (1712-1778), uma educação nestes moldes é instrução, portanto, reducionista. Não avança para a liberdade e a cidadania.

Contribui Comparato (2006, p. 241) quando lembra Rousseau:

[...] a verdadeira educação é de cunho moral e não técnico. A educação preocupa-se com a única finalidade que importa: o desenvolvimento harmônico de todas as qualidades humanas. A mera instrução, diferentemente ainda dos meios ou instrumentos. Desviada de sua finalidade maior, ela pode criar autônomos e súditos, nunca cidadãos e homens livres.

Os cursos técnicos comerciais de contabilidade receberam críticas por esta condição de ênfase na parte prática com os escritórios modelos e a técnica de escrituração da contabilidade. Privilégio do operacional.

Em Laffin (2005, p. 106) confirma-se quando escreve:

Tais técnicas, ao apontarem sua utilidade para registrar os fatos administrativos, do comércio local e das repartições públicas despontavam para o ramo do ensino. Satisfeitos os anseios e a demanda de uma classe social em ascendência e que vislumbrava nessa área de ensino um “status”, o poder público promulgava sua utilidade assistencialista de duas formas: pouco investia nessa área do ensino pela sua natureza prática e, de forma ideológica, investia nos conceitos do “saber fazer”, em detrimento do “aprender a refletir” que atendiam aos interesses da dominação vigente. Tem início a habilitação para o trabalho e a inabilidade da cidadania para o pensar e para o agir.

## **Considerações finais**

Estes preliminares apontamentos da trajetória do ensino técnico comercial no Brasil podem estabelecer alguma aproximação em que o Estado brasileiro dispensou a esta modalidade de ensino a posição liberal. Em Adam Smith a educação secundária e superior não é encargo do Estado. Ainda assim, ressalta-se que, no Governo Vargas, em seus discursos, a ênfase era para a ascensão da classe trabalhadora e humilde, com conquistas sociais para esta classe. Porém, embora tenha em definitivo sistematizado o ensino técnico comercial, reconheceu a sua importância, mas foi na quase totalidade operacionalizado pela iniciativa privada, e ainda, ao lado do sistema paralelo à educação nacional, com o SENAC.

Em outro recorte, no ensino de contabilidade o forte destaque da prática de escrituração de livros comerciais, defendia-se o ideal de preparo do aluno para o

trabalho operacional. Trabalho limitado de escrita e não para o pensar, refletir, investigar e agir.

Em Rousseau não há privilégio de parte e sim a totalidade, a formação do homem integral. Pode-se pensar ser um indicativo no olhar de subalternidade do Estado para com este tipo de educação.

Finalizando, este trabalho não propôs ser conclusivo. É de se esperar, portanto, continuidade de estudos para futuros encaminhamentos, conforme o sentido de contribuir de alguma forma para a história da educação brasileira.

## **Referências**

- BARROS, Aidil Jesus Paes de; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos de metodologia**: um guia para a iniciação científica. São Paulo: McGraw-Hill, 1986.
- BREJON, Moysés. **Estrutura e funcionamento do ensino de 1º e 2º graus**: leituras. São Paulo: Pioneira, 1976.
- COMPARATO, Fábio Konder. **Ética**: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1978.
- FORNTINI, Archymedes. **Subsídios para a história do ensino comercial em Porto Alegre**. Porto Alegre: [s. n.], 1953.
- LAFFIN, Marcos. **De Contador a professor**: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.
- LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das ciências contábeis no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- LOPES, Américo. **Actos do Governo provisório dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Livraria Jacyntho, 1931.
- LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação Pública**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU, Ed. da Universidade de São Paulo, 1974.
- NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do et al. **Memórias da educação**: Campinas (1850-1960). Campinas: Editora da Unicamp, Centro de Memória, 1999. (Coleção Campiniana, n. 20).
- NISKIER, Arnaldo. **Educação brasileira**: 500 anos de história, 1500-2000. São Paulo: Melhoramentos, 1989.
- ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- SILVA, Antonio Carlos Ribeiro da; MARTINS, Wilson Thomé Sardinha. **História do pensamento Contábil** (com ênfase na História da Contabilidade Brasileira) Curitiba: Juruá Editora, 2006.
- SCHMIDT, Paulo. **História do pensamento Contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Enriquez. **Fundamentos de economia**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.
- WEREBE, Maria José Garcia. **Grandezas e misérias do ensino no Brasil**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.